



Um conglomerado de gentes e a identidade cultural do Brasil

[Resenha]

Acsa Fernanda de
Oliveira Freitas

Sobre a autora:

Acsa Fernanda de Oliveira Freitas é graduanda em Letras Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Possui certificação no curso técnico Assistente Administrativo Industrial, possui certificação no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Instalador e Reparador de Redes de Computadores, possui certificação no curso de Formação Inicial e Continuada de Operador de Computador, atuou como avaliadora na Feira de Ciências Escolar de Projetos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (FECIRME) e foi co-orientadora do trabalho vencedor "Aprendendo com o Mar: um estudo sobre ondas abissais" na II Feira de Ciências do Semiárido Potiguar Kids. Participou como membro durante o período de coleta de dados no Grupo de Fonética e Fonologia (GPeff), e atualmente é membro do projeto de iniciação científica "Direito Penal e Tradução: a busca de equivalência entre binômios do inglês e do português em um estudo baseado em Linguística de Corpus".

Um conglomerado de gentes e a identidade cultural do Brasil

Acsa Fernanda de Oliveira Freitas

A obra literária “O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil” foi escrita pelo historiador, sociólogo e também antropólogo Darcy Ribeiro, sendo publicada em 1995 pela editora Companhia das Letras. No livro, o autor apresenta um estudo sobre o processo de gestão étnica, dando introdução aos núcleos originais que, multiplicados, vieram a formar o povo brasileiro, apresentando, assim, uma análise sobre as linhas de diversificação que evidenciam “os nossos modos originais de ser”, além sustentar e defender, substancialmente, uma crítica ao sistema institucional, caracterizado principalmente pela formação da propriedade fundiária e marcado pelo regime de trabalho escravista, em que o povo brasileiro desvelou-se tão constrangido e deformado. A princípio, o sumário da obra é dividido em cinco capítulos, que incluem: Novo Mundo - que se subdividem em “Matrizes étnicas”, “O enfrentamento dos mundos” e “O processo civilizatório” -, Geração Étnica - que se subdividem em “Criatório de gente”, “Moinhos do gastar gente” e “Bagos e ventres” -, Processo Sociocultural - que se subdividem em “A urbanização caótica”, “Classe, cor e preconceito”, “Assimilação ou segregação” e “Ordem versus progresso” -, Os Brasis na História - que se subdividem em “Brasil crioulo”, “Brasil Caboclo”, “Brasil Sertanejo”, “Brasil Caipira” e “Brasil Sulinas” -, e “O Destino Nacional” - que se subdividem em “As dores do parto” e “Confrontos”. Nesse sentido, faz-se importante evidenciar a formação étnica e cultural do povo brasileiro, que a início o País era indígena, mas que, com o decorrer do tempo, passou por processos de miscigenação e diversificação - assim, o Brasil hoje é crioulo, caboclo, sertanejo, caipira e sulino. Por outro lado, o brasileiro também foi um povo muito marcado pelo genocídio e pelo etnocídio, um ciclo de violência que gerou ainda mais violência por muito tempo, como RIBEIRO (1995, v. 2, p. 25) relata “É de assinalar que essa preocupação se assentava, primeiro, no medo da rebeldia dos escravos. Logo, é devido à coloração escura das camadas mais pobres que esse medo racial persiste, infelizmente, quando são os antagonismos sociais que ameaçam eclodir com violência assustadora.

Ou seja, Ribeiro retrata as problemáticas que foram íntimas ao processo de escravização, e, de antemão, é válido lembrar que o escravo não era visto como pessoa livre perante a sociedade da época, do contrário, o escravo negro era tratado como um objeto, prestador de serviços, sem liberdade de expressão,

DATA DE SUBMISSÃO: 29/10/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 17/12/2023

que não recebia salário pelo trabalho realizado nem tinha direitos. Dessa forma, quando os senhores de engenho usavam da violência física contra os negros - os indígenas e os africanos - desde para apanhar negros fugidos na mata até a utilização da força como meio de controle e disciplina em casos de rebeldia - quando um escravo se negava a fazer o serviço direito, não queria fazê-lo, ou então quando faltava com respeito para com seu senhor -, a sociedade, em geral, aceitava esse tipo de comportamento como forma de controle, era comportamento aceito pela moralidade da época.

Por isso, muitos conflitos aconteceram no Brasil, como foi o caso da luta dos Cabanos, a Guerra dos Palmares e a Guerra de Canudos. No primeiro confronto houveram muitas tensões inter-raciais - incluindo-se brancos *versus* caboclos -, foi uma disputa hegemônica, que ocorreu em Grão-Pará, um confronto pela liderança política no Período Regencial, no contexto em que Dom Pedro II ainda não havia atingido a maioria. Enquanto isso, a Guerra dos Palmares envolveu os quilombolas - que eram africanos fugidos da senzala do branco, que abrigavam-se nos Quilombos -, quando o quilombo foi atacado e dizimado por grupos de bandeirantes. Por fim, a Guerra de Canudos pode ser definida como classista, pois foi uma luta que envolveu os sertanejos e o governo português - Conselheiro combatia a desordem da fazenda, oprimindo aqueles que se negavam a trabalhar. Assim, a segregação racial entre os brancos e os negros era uma prática comum no começo, porém, com o passar do tempo, a miscigenação foi mudando esse cenário, e, então começaram a surgir os mestiços, ou mamelucos, que eram filhos de europeus com mulheres indígenas - infelizmente, muitas dessas relações foram fruto da violação sexual -, depois os caboclos, e assim por diante - garantindo um “conglomerado de gentes” no Brasil.

Seguindo o raciocínio, o contexto apresentado revela as discussões que são paralelas à construção da identidade do índio, que foram as primeiras pessoas a habitar o Brasil, antes mesmo da vinda dos colonizadores europeus. É importante destacar que os índios não eram todos iguais e nem viviam todos em um mesmo grupo, os índios dividiam-se em aldeias, e aos conjuntos de aldeias aceitou-se a similaridade com os termos tribo e etnia. Assim, o País era formado por diferentes tribos, e cada etnia possuía sua própria cultura, suas crenças e formas de organização próprias, diferentemente do que imaginavam os primeiros portugueses ao chegar no Brasil, como é possível observar nas cartas que Pero Vaz de Caminha enviou à Portugal.

De acordo com dados relativos disponibilizados pela Fundação Nacional do Índio em 2010, a respeito das etnias indígenas e da situação fundiária indígena, no Estado do Amazonas havia uma população com cerca de 83.966 indígenas, que dividiam-se entre as etnias Apuriná, Arapáso, Aripuaná, Banavá-Jafí, Baniwa,

Barasána, Baré, Deni, Desana, Himarimã, Hixkaryana, Issé, Jarawara, Juma, Juriti, Kaixana, Kambeba, Kanamari, Kanamanti, Karapanã, Karipuna, Katawixi, Katakina, Katwená, Kalahari, Kaxinawá, Kayusiana, Kobema, Kokama, Korubo, Kulina, Maku, Marimam, Marubo, Matis, Mawaiâna, Mawé, Mayá, Mayoruna, Miranha, Miriti, Munduruku, Mura, Paríntintin, Paumari, Pirahã, Pira-tapúya, Sateré-Mawé, Suriána, Tariána, Tenharin, Torá, Tukano, Tukúna. Tuyúca, Walimiri-Atroari, Waiwái, Wanana, Warekena, Wayampi, Xeréu, Yamamadi, Yanomami e Zuruahã. Já no Estado de Mato Grosso havia uma população total de 25.123 indígenas, composto pelas etnias Apiaká, Arara, Aweti, Bakairi, Bororo, Cinta Larga, Enawené-Nawê, Hahaitsú, Ikpeng, Irantxe, Juruna, Kalapalo, Kamayurá, Karajá, Katitaulú, Kayabí, Kayapó, Kreen-Akarôre, Kuikuro, Matipu, Mehináko, Metuktire, Munduruku, Mynky, Nafukuá, Nambikwara, Naravute, Panará, Pareci, Parintintin, Rikbaktsa, Suyá, Tapayuna, Tapirapé, Terena, Trumai, Umutina, Waurá, Xavante, Xiquitano, Yawalapiti, Zoró. No Estado de Tocantins havia uma população total de 7.193 indígenas, composta pelas etnias Apinaye, Ava-Canoeiro, Guarani, Javae, Karaja, Kraho, Tapirape e Xerente. No Estado do Acre havia uma população total de 9.868 indígenas, composto pelas etnias Amawáka, Arara, Ashaninka, Deni, Jaminawa, Katukina, Kaxinawá, Kulina, Manxinéri, Nawa, Nukuini, Poyanawa, Shanenawa e Yawanáwa. No Estado de Rondônia havia uma população total de 6.314 indígenas, sendo composta pelas etnias Aikaná, Ajuru, Amondawa, Arara, Arikapu, Ariken, Aruá, Cinta Larga, Gavião, Jabuti, Kanoê, Karipuna, Karitiana, Kaxarari, Koiaia, Kujubim, Makuráp, Mekén, Mutum, Nambikwara, Pakaanova, Paumelenho, Sakirabiap, Suruí, Tupari, Uru Eu Wau Wau, Urubu e Urupá. No Estado do Mato Grosso do Sul havia uma população total de 32.519 indígenas, que era composta pelas etnias Atikum, Guarany (Kaiwá e Nhandéwa), Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinawa, Ofaié, Terena e Xiquitano.

No Estado do Rio Grande do Sul havia uma população total de 13.448 indígenas, compostos pelas etnias Guarani, Guarani Mbya e Kaingang. No Estado de Roraima havia uma população total de 30.715 indígenas, composto pelas etnias Ingaricô, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wapixana, Waiwaí, Yanomami e Ye'kuana. No Estado de Amapá havia uma população de 4.950 indígenas, compostos pelas etnias Galibi, Galibi-Marworno, Karipuna, Palikur, Wayampi e Wayána-Apalai. No Estado do Pará havia uma população total de 20.185 indígenas, composto pelas etnias Amanayé, Anambé, Apiaká, Arara, Araweté, Assurini, Atikum, Guajá, Guarani, Himarimã, Hixkaryána, Jaruna, Karafawyána, Karajá, Katewena, Kaxuyana, Kayabi, Kayapó, Kreen-Akarôre, Karuáya, Munduruku, Parakanã, Suruí, Tembê, Timbira, Tiryó, Turiwara, Wai-Wai, Waiãpi, Wayana-Apalai, Xeréu, Zipaya e Zo'e. No Estado do Maranhão havia

uma população total de 18.371 indígenas, compostos pelas etnias Awá, Guajá, Guajajara, Kanefa, Krikati e Timbira (Gavião). No Estado do Ceará havia uma população total de 5.365 indígenas, compostos pelas etnias Jenipapo, Kalabassa, Kanindé, Kariri, Pitaguari, Potiguara, Tabajara, Tapeba e Tremembé. No Estado da Paraíba havia uma população total de 7.575 indígenas e era composto pela etnia Potiguara. No Estado de Pernambuco havia uma população total de 23.256 indígenas, composto pelas etnias Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Pankararú, Truká, Tuxá e Xucuru. No Estado de Alagoas havia uma população total de 5.993 indígenas, sendo composto pelas etnias Cocal, Jeripancó, Kariri-Xocó, Karapotó, Tingui-Botó, Wassú e Xucuru-Kariri. No Estado de Sergipe havia um população total de 310 indígenas e era composto pela etnia Xocó. O Estado da Bahia possuía uma população total de 16.715 indígenas, sendo composta pelas etnias Arikosé, Atikum, Botocudo, Kaimbé, Kantaruré, Kariri, Kiriri, Kiriri-Barra, Pankararé, Pankararú, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Tupinambá, Tuxá e Xucuru-Kariri. No Estado de Goiás havia uma população total de 346 indígenas, composto pelas etnias Ava-Canoeiro, Karaja e Tapuya. No Estado do Espírito Santo havia uma população total de 1.700 indígenas sendo composta pelas etnias Guarani (M'byá) e Tupiniquim. No Estado de Minas Gerais havia uma população geral de 7.338 indígenas, sendo composta pelas etnias Atikum, Kaxixó, Krenak, Maxakali, Pankararu, Pataxó, Tembé, Xakriabá e Xucuru-Kariri. No Estado do Rio de Janeiro havia uma população total de 330 indígenas, sendo composto pela etnia Guarani. No Estado do Paraná havia uma população total de 10.375 indígenas, sendo composto pelas etnias Guarani (M'byá e Nhandéwa), Kaingang e Xeta. No Estado de Santa Catarina havia uma população total de 5.651 indígenas, sendo composto pelas etnias Guarani, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Kaingang e Xokleng. Por fim, no Estado de São Paulo havia uma população total de 2.716 indígenas, sendo composto pelas etnias Guarani, Guarani M'bya, Guarani Nhandeva, Kaingang, Krenak, Pakararu e Terena.

Contudo, um outro olhar importante que Ribeiro propõe ao leitor orbita ao redor da definição de exemplos práticos que aconteciam nas cidades e vilas coloniais no Brasil, que incluem a Bahia, Rio de Janeiro, João Pessoa, São Luís, Cabo Frio, Belém e Olinda - que eram vilas coloniais rurais, destinadas à exploração do Pau-Brasil, para a produção do corante vermelho e a produção de móveis, à extração da cana-de-açúcar, à plantação e colheita do café, à mineração do ouro, metais e pedras preciosas, enfim, o Brasil sempre foi um país com uma diversidade de riquezas naturais muito significativas, despertando olhares de interesse de muitos países. Diferentemente de São Paulo, Mariana, Oeiras, Salvador e Florianópolis, que eram cidades urbanas bem desenvolvidas, onde abrigavam-se os centros de

comércio e negociação de mercadorias, a importação, o contrabando de escravos, a prestação de serviços das agências reais, com serviços relacionados à prestação de impostos e taxas, serviços de concessão de terras, serviços de legitimação de transmissões de bens por herança ou por venda, era onde eram realizados os julgamentos de conflitos entre outras atividades.

Principalmente, eram nas cidades em que se localizavam as igrejas, os conventos, as fortalezas e os centros de assistência médica, assim, a industrialização e a urbanização andavam de mãos dadas, promovendo a geração de empregos à população rural que migrava do campo para a cidade à procura de melhores condições de vida, movimentando a economia. O autor também disponibiliza dados esquematizados através de lacunas e tabelas com valores correspondentes à variação na quantidade de pessoas que formava a população no Brasil nos fins do século XVI, nos fins do século XVII e nos fins do século XVIII, além de apresentar uma análise que envolve a evolução da rede de cidades com mais de 100 mil habitantes de 1987 a 1991 - subdivididas de acordo com a quantidade de habitantes, São Paulo e Rio de Janeiro possuíam mais de 1 milhão de habitantes, por exemplo, o que torna o trabalho ainda mais enriquecedor devido à minuciosidade dos detalhes.

Após a apresentação de todo esse cenário, o autor questiona acerca da origem da identidade do povo brasileiro, garantindo o surgimento de debates na área, no que diz:

Quem somos nós, os brasileiros, feitos de tantos e tão variados contingentes humanos? A fusão deles todos em nós já se completou, está em curso, ou jamais se concluirá? Estaremos condenados a ser para sempre um povo multicolorido no plano racial e no cultural? Haverá alguma característica distintiva dos brasileiros como povo, feito que está por gente vinda de toda parte? (RIBEIRO, v. 2, 1995, p. 246)

Porém, logo em seguida Ribeiro (1995, p. 249) faz uma provocação ao leitor quando afirma que “o brasileiro comum se construiu como homem tábua rasa, mais receptivo às inovações do progresso do que o camponês tradicional, o índio comunitário ou negro tribal”. Nesse sentido, é realizada uma comparação ao potencial de desenvolvimento entre o brasileiro comum, o camponês tradicional, o índio comunitário e o negro tribal, sendo algo que realça ainda mais a ideia de que o que define um povo não é uma demarcação territorial, mas sim um conjunto de características que faz dele um grupo identitário, diferenciando-se de outros grupos, no caso do Brasil, houve o nascimento de um povo através da miscigenação - advindo do cunhadismo -, dos brasilíndios e dos afro-brasileiros. Por conseguinte, a obra literária “O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil” traz diversas abordagens relacionadas à construção identitária do povo brasileiro, o que incluiu

também o processo de aculturação e opressão promovidos pelo genocídio e etnocídio europeu, além disso, o autor apresenta questões conflituosas correlacionadas ao futuro conceito que o povo brasileiro poderá vir a ter - como Ribeiro (1995, p. 452) questiona “Que é o Brasil entre os povos contemporâneos? Que são os brasileiros?”. Em linhas gerais, a obra literária apresenta informações detalhadas em relação à construção cultural e identitária do povo brasileiro, apresentando um acervo riquíssimo, tanto em informações qualitativas quanto em informações quantitativas - expressos através de tabelas e diagramas - no que diz respeito ao assunto, o livro é questionador, instigante e fomenta a continuidade da comunidade acadêmica na pesquisa e descoberta das origens do povo brasileiro, incentivando o aperfeiçoamento e aprofundamento dos estudos na área da História e Sociologia acerca dos caminhos que a construção cultural do povo brasileiro percorreu até o presente momento, garantindo a resistência cultural e a continuidade da história do negro na memória do povo brasileiro na História Global.

No mais, vale ressaltar que a rede de ensino pública brasileira passou muitos anos sem incluir e priorizar a educação da história e cultura afro-brasileira dentro de sala - uma temática tão necessária principalmente olhando-se sob o viés de disciplinas relacionadas às áreas de Educação Artística, Literatura e História, por exemplo. Sendo apenas em 2003 a homologação oficial da alteração na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sendo através da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), oficializada em 9 de janeiro de 2003, ofertada a garantia da inclusão de temáticas relacionadas à luta dos negros do Brasil, ao resgate da cultura negra brasileira, à construção da imagem do negro na formação da sociedade nacional, além das contribuições do povo negro nas áreas sociais, política e econômicas no País nas disciplinas escolares -, ficando definido conforme BRASIL (2003), que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências”. Dessa forma, espera-se que os estudantes das próximas gerações possuam consciência da própria origem, carregando consigo o pensamento crítico que a cultura do europeu não é superior à cultura do brasileiro cada vez mais cedo. Portanto, são obras literárias como “O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil”, escrito por Darcy Ribeiro, e tantas outros livros, que fazem o resgate da memória histórica do negro no Brasil, além de representar a resistência da cultura e identidade de um povo miscigenado, diversificado, que já sofreu com inúmeros genocídios e etnocídios, um povo que muito já foi oprimido pelo europeu, um povo formado por um “conglomerado de gentes”: o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil: Atlas**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Scipione, 2019.